

# Ciranda paga com dinheiro do cidadão

*Paulo Fona*

BRASÍLIA — Assim como na poesia *Quadrilha*, de Carlos Drummond de Andrade, em que “João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria...”, a cadeia de felicidade do corporativismo estatal passa pela íntima ligação que existe entre os diferentes corpos da administração pública federal. Uma conquista do Banco do Brasil passa a ser paradigma do Banco Central, dos outros bancos estatais, iniciando uma ciranda que vai bater no caixa do Tesouro Nacional e no bolso do contribuinte.

No ano passado, um aumento para o Banco Central foi estendido ao Banco do Brasil, sob o argumento de que as duas instituições desempenham as mesmas funções. “Uma notória distorção”, avalia o ministro Mailson da Nóbrega. O aumento do BB gerou um reajuste salarial no BNDES, que também foi concedido à Finep, o braço do banco que financia pesquisa. Por conta disso, o CNPq conseguiu o mesmo aumento porque também se dedica à pesquisa, idêntico argumento usado pela Embrapa para reivindicar e obter o reajuste.

Como a pesquisa da Embrapa é voltada para agricultura e a Embrater atua no mesmo universo só que dedicada à assistência ao agricultor, o aumento foi estendido a seus funcionários. Essa ciranda isonômica acabou na Legião Brasileira de Assistência (LBA) que, apesar de desempenhar função totalmente distinta do Banco Central, se beneficiou do aumento.

Há casos ainda mais interessantes. Quando ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves conseguiu encerrar uma greve do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) com a concessão de uma Gratificação por Atividade Mineral (GAM). Como a corporação se mobilizou, a consultoria jurídica do ministério estendeu a gratificação a todos os seus servidores, apesar de parecer contrário da Secretaria de Planejamento. Assim, uma secretária que nunca saiu de seu gabinete em Brasília ganha uma gratificação por atividade mineral sem sequer saber diferenciar calcário de sal de cozinha.